

MERCADO, ESCOLA E A FORMAÇÃO DE JOGADORES DE FUTEBOL NO BRASIL

Antonio Jorge Gonçalves Soares
Tiago Lisboa Bartholo
Leonardo Bernardes Silva de Melo
Fellipe Lemos de Paula Barros
José Regato Brandi Neto

RESUMO

O objetivo do estudo é refletir sobre a relação entre a profissionalização no futebol e a escolarização. O Brasil exportou para o exterior nos últimos seis anos 5.117 jogadores. Deste contingente emigraram para Europa 2.945, isto é, 57,55% do total. Argumentamos que estamos diante de uma agência que: recruta jovens do sexo masculino, em geral das camadas populares, para atuarem no mercado interno ou externo do futebol; e se configura num tipo de negócio que dá base à criação de uma indústria de formação profissional, que pode estar em competição com a escolarização básica dos jovens aspirantes a atletas profissionais.

Palavras-chave: mercado; escola; futebol.

RESUMÉN

El objetivo de este estudio es reflejar sobre la relación entre La profesionalización en el fútbol y la escolarización. En los últimos seis años, Brasil exportó a varios países 5.117 jugadores. De éstos, emigraron a Europa 2.945, o sea, el 57% del total. Nuestro argumento es que estamos delante de una agencia que: selecciona a jóvenes Del sexo masculino, en general de las capas populares, para actuar en el mercado interno o externo del fútbol; y constituye un tipo de negocio que fornece la base a la creación de una industria de formación profesional, que, a su vez, puede estar compitiendo con la escolarización básica de los jóvenes aspirantes a atletas profesionales.

Palabras-claves: Mercado, fútbol, escolarización

ABSTRACT

The aim of this study is to think critically about the relationship between professional soccer and education. In the last six years, Brazil exported to several countries 5.117 players. From this number, 2.945 emigrated to Europe, representing 57,55% of the total. We argue that we are before an agency that: recruits young males, generally from popular social strata, to play inside or outside the country; and sets up a kind of business that structures the appearance of an industry of professional soccer players, which may be competing with the basic education of the young candidates that hope to be professional athletes.

Key-words: Soccer business, school, football players

Introdução

Os estudos sobre os processos de detecção e treinamento de talentos no futebol indicam que o mercado desse esporte tem como suporte um novo tipo de agência de formação profissional que recruta jovens adolescentes, em geral, pertencentes às

camadas populares (RIAL, 2006; DAMO, 2005; PAOLI, 2007). Esses jovens investem um tempo significativo de suas vidas nessa carreira e possuem como horizonte um mercado altamente competitivo, com poucos postos de trabalho valorizados economicamente. Observemos que para os malsucedidos há dificuldades na reconversão do capital acumulado – conhecimentos sobre o esporte e aprendizagens corporais – em capital econômico no exercício de outras ocupações profissionais.

A formação no futebol pode se iniciar a partir dos 12 anos de idade, muitas das vezes em regime de albergamento, e tem uma duração de aproximadamente 5.000 horas de trabalho voltado para o domínio de técnicas corporais e psicológicas para a prática esportiva (DAMO, 2005). Essa carreira exige dedicação integral e extenuante trabalho corporal para aqueles que pretendem entrar nesse afunilado mercado. Todavia, é nesse mesmo período da vida que a Educação Básica, em tese, exige do jovem dedicação na incorporação de capital cultural para que possa ser uma das chaves de acesso ao mercado de trabalho. Em outras palavras, estamos falando da possibilidade de reconversão do capital cultural, em seus diferentes estados, em capital econômico, no sentido de Bourdieu (1998).

A luta dos jovens que aspiram a ser jogadores de futebol, os seus sonhos e frustrações têm sido objeto do cinema, da televisão e dos jornais, mas não tem recebido a mesma atenção das pesquisas sobre a formação profissional no esporte no campo da educação e de áreas correlatas. Observemos que essa agência de formação profissional de jovens para o futebol tem operado no Brasil e em outros países sem nenhuma orientação de política governamental. O problema que se instala é o seguinte: se não temos dados sistemáticos sobre esse tipo de formação profissional, também desconhecemos os efeitos que ele acarreta na vida escolar dos aspirantes a jogadores de futebol. O objetivo deste texto é problematizar a relação entre a profissionalização no futebol, a escolarização e o mercado desse esporte.

Futebol, identidade e mercado

O futebol como espaço de identificações (locais e nacionais) estruturou-se na configuração dos Estados nacionais a partir do final do século XIX como fruto da expansão capitalista e dos projetos de modernização, nem sempre consensuais ou planejados (SOARES; LOVISOLO, 2003; GUTTMANN, 1994; MANDELL, 1984).

O processo de popularização desse esporte na América Latina se deu no cenário dos embates de classes e dos interesses de grupos em dominar politicamente as instituições esportivas. Desde cedo, o futebol anunciava-se como local estratégico para acumular capital político, como ocupação remunerada para as camadas populares e como indústria do espetáculo, na medida em que atraía multidões na época. Não se pode esquecer que todo esse movimento estava ancorado nas diferentes interpretações culturais sobre os valores civilizatórios e educacionais do esporte.

O espírito que animou a difusão dos esportes parece ser comum aos países pós-coloniais. Archetti (2003) afirma que esportes como o futebol em países como Argentina e Brasil e o beisebol em Cuba, além de estarem atrelados ao projeto de modernização dessas sociedades, foram percebidos como *“juego[s] moderno[s] y democrático[s] que possibilitaba a los jugadores jóvenes de orígenes modestos, la experiencia de la movilidad social”* (p. 260).

Nesse sentido, o futebol possibilitou que os países da América Latina participassem do mercado das nações¹ para além do fornecimento de matéria prima. Nesse mercado transnacional das identidades nacionais, países como Brasil, Argentina e

Cuba teriam se notabilizado desde cedo por exportar corpos, ritmos e comidas exóticas (ARCHETTI, 2003).

Se o processo de identificação coletiva pelo futebol se deu inicialmente como local de construção de sentimentos nacionais e locais, rapidamente tais sentimentos identitários se tornaram um valor agregado aos produtos e corpos no mercado dos esportes conectando diferentes países a partir das alteridades. Observe-se que as identidades são construções simbólicas e normativas, situadas relacionalmente no espaço contestado da cultura (CUCHE, 1999; KUPPER, 2002). Tais identidades, para além da produção dos sentimentos de coesão ou dissensão, podem ser transformadas em valor agregado aos produtos disponíveis no mercado (MACHADO, 2004; BARTHOLO; SOARES, 2006). De fato, as identidades na modernidade tardia são consideradas flexíveis, contingentes e estão sujeitas às questões históricas do desenvolvimento humano (HALL, 2001; 2003).

O processo de transferência e negociação de jogadores entre os principais produtores de futebolistas da América Latina e a Europa ocorreu durante boa parte do século XX. Todavia, esse processo intensificou-se no último quartel do século anterior e, nos últimos anos, o fluxo migratório aumentou, configurando uma verdadeira indústria de exportação de serviços. A crescente demanda de transferências de jogadores brasileiros para o exterior é produto de vários fatores, a saber: baixo potencial de empregabilidade do mercado interno; interesses competitivos e financeiros dos clubes estrangeiros; cálculos de custo e benefício na importação desses serviços especializados; a formação de um corpo de empresários ávidos de realizar negócios nos diferentes países, credenciados ou não pela FIFA; e o *mecanismo de solidariedade* criado pela FIFA, no ano de 2001ⁱⁱ.

A criação da Lei Pelé e o caso Bosman na Europa instituem novas regras para as transações comerciais dos jogadores. O novo mapa cria facilidades e benefícios para todos os atores envolvidos nas transações. Em outras palavras, há ganhos financeiros para todas as partes envolvidas em cada negociação: jogadores, empresários, times, patrocinadores, entre outros. É uma situação na qual todos ganham. O argumento romântico que afirma que os jogadores no passado tinham “amor à camisa” ou ficavam anos no mesmo clube por “amor” deve ser analisado a partir das novas regras e demandas do mercadoⁱⁱⁱ.

O fluxo de jogadores para o exterior e a centralidade financeira do futebol europeu, captando jogadores dos diferentes países, têm sido temas de algumas análises no Brasil (ALCANTARA, 2006; CARVALHO; GONÇALVES, 2006; SOUTO, 2004; DAMO, 2005; HELAL, 1997; LEONCINI e SILVA, 2005; PRONI, 2000). Em geral, as análises apontam para: 1) o problema da administração amadora e patrimonialista dos clubes brasileiros e a conseqüente resistência à adoção de uma administração racional; 2) a nova relação de trabalho entre clubes e jogadores com a promulgação da Lei Pelé (lei n. 9.615, de 24 de março de 1998), que extinguiu a figura jurídica do passe^{iv}; 3) a centralidade da figura do empresário e do agente^v nessa nova configuração de mercado; 4) a limitação de postos de trabalho para jogadores no mercado brasileiro; 5) a formação de uma “indústria” de formação de jogadores^{vi}; e 6) os baixos salários em termos médios no mercado brasileiro. Como os três primeiros itens já foram exaustivamente analisados pelos autores supracitados, nos concentraremos nos três últimos.

Note-se que as negociações de jogadores de futebol para o exterior reforçaram as estatísticas das exportações:

O negócio futebol tem peso considerável na exportação brasileira. As vendas de jogadores estão entre os serviços exportados pelo país que apresentou aumento de

34% em 2005 (cerca de US\$ 6 bilhões). Esse grupo de serviços representa 40% das exportações brasileiras (toda a exportação brasileira de serviços gerou US\$ 16 bilhões em 2005). (ALCANTARA, 2006, p. 299).

Esses dados constam das operações registradas no Banco Central (BC), dentro da rubrica de serviços empresariais, profissionais e outros técnicos. O fenômeno de imigração de jogadores aponta para um alto grau de conectividade e integração no mercado global do futebol, mas há-de se destacar que esse fenômeno faz parte de um movimento mais amplo do processo migratório e econômico entre os países pobres e os ricos a partir dos anos de 1980 (COGO, 2002; BAENINGER, 2003; FUSCO, 2006; HALL, 2003).

Esse cenário criou um tipo específico de produção de jogadores que visa prioritariamente o mercado exterior. Os jovens recrutados para os centros formadores passam a ter como meta profissional a migração para outros países. As faixas salariais variam e há uma hierarquia de acordo com os mercados que têm mais visibilidade midiática e prestígio junto aos torcedores/consumidores. Nesse mercado global temos um modelo que possui um núcleo composto por outras camadas externas. No centro do mercado temos os países europeus – principalmente Itália, Inglaterra, França, Espanha e Portugal – que são o grande destino dos trabalhadores migrantes do futebol. Ao redor desse núcleo temos respectivamente as Américas do Sul e Central, seguidas do continente africano e fechando o círculo a Oceania, Ásia e América do Norte. Este modelo está baseado no poder econômico dos clubes de futebol que contratam os atletas e no sucesso doméstico das ligas de futebol (MAGEE E SUGDEN, 2002; DABSCHECK, 2006)^{vii}.

Durante o período de 2002 a 2007 emigraram para o exterior 5.117 jogadores brasileiros. Desse montante, o continente europeu foi o que recebeu mais futebolistas: 2.945 representam 57,55% de todas as transferências realizadas para o exterior. O continente asiático foi o segundo maior importador com 22,71% das transferências, totalizando 1162 jogadores. Com um pouco mais de 10%, a América do Sul é o terceiro maior destino dos jogadores brasileiros, com 543 atletas transferidos no período. Os demais continentes não são os destinos preferidos dos brasileiros, como é demonstrado pelos números apresentados: América Central (3,4%), América do Norte (3,75%), África (1,54%) e Oceania (0,43%).^{viii}

Se o número de jogadores que saem do Brasil todos os anos é significativo, a taxa de retorno também o é. Em 2005 saíram do país 804 jogadores, sendo 54,85% para a Europa. Durante o mesmo ano retornaram 491 atletas, desse total a taxa de retorno do continente europeu foi de 48,07%. Em 2006, a taxa de retorno diminuiu, 311 jogadores voltaram ao país e emigraram 848 jogadores. No ano de 2007 ocorreu o maior número de transferências do futebol brasileiro: 1085 jogadores. O retorno nesse mesmo ano foi de 489 jogadores.^{ix}

Mercado e escolarização

O mercado para jogadores no Brasil, apesar de os dados não serem precisos, está estimado entre 10 a 15 mil postos de trabalho. Parte desses postos são empregos sazonais e bastante precários. “Existem no Brasil em torno de 500 clubes de futebol credenciados às subsidiárias da FIFA (agência internacional que detém o monopólio do futebol de espetáculo)” (DAMO, 2005 p. 16). Poder-se-ia pensar que esse número é expressivo em se tratando dos postos principais de trabalho nessa indústria do espetáculo, mas algumas ressalvas devem ser feitas.

Dos 500 clubes credenciados apenas 4%, isto é, 20 clubes, detêm 90% da preferência dos torcedores (DAMO, 2005). Isso indica que o potencial de exploração do produto que os clubes podem vender junto ao público consumidor (torcedores) é desigual e acarreta uma redução significativa dos postos de trabalho bem remunerados. Se calcularmos que uma equipe possui em média 26 jogadores na equipe principal, teríamos, teoricamente, mais ou menos 520 postos de trabalho na parte mais valorizada do mercado, isto é, considerando os 20 principais clubes no Brasil que disputam o campeonato nacional da primeira divisão.

Os salários de jogadores no Brasil são baixos se considerarmos os sonhos de mobilidade social e econômica dos jovens, em sua maioria oriundos das camadas populares. A pirâmide salarial dos jogadores profissionais no Brasil não mudou muito nos últimos oito anos. Os dados divulgados pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) em 1999 indicavam que 51,6% dos jogadores recebiam até um salário mínimo e 33,2% até dois; se somados esses percentuais podemos pensar que 84,8% dos jogadores recebiam salários que variam entre 160 a 320 dólares mensais pelos valores atuais; acima de dez salários mínimos apenas 5,2% (PRONI, 2000). O ano de 2003, por exemplo, revela a seguinte distribuição: 82,41% percebem entre 1 a 2, 2,05% entre 10 e 20 e apenas 3,57% acima de 20 salários mínimos (HELAL; SOARES; SALLES, 2005).

Os dados anteriores indicam que a pirâmide salarial do futebol brasileiro está longe de ser o oásis da riqueza ou da mobilidade econômica tão sonhada pelos jovens brasileiros. Contudo, esses dados, apesar de divulgados na mídia, parecem não desestimular a busca pela profissionalização no futebol. Poder-se-ia pensar que o sonho dos jovens que estão atuando nas categorias de base, de ser um “Ronaldinho Gaúcho”, um “Kaká” ou qualquer outro famoso jogador que atua na Europa, está longe das estatísticas positivas de riqueza. Embora o mercado europeu seja o maior destino de nossos jogadores, esse mercado não é só formado por clubes da 1ª Divisão. O destino de muitos desses jovens é parar nas segundas e terceiras divisões no Brasil, na Europa ou em países em que a remuneração está longe do imaginário dos altos salários do futebol.

O destino da maioria dos jovens brasileiros que tentam a carreira de jogador não seria diferente fora do futebol, pois a origem da maioria deles e a escolarização de seus pais, em termos de probabilidade, determinariam sua permanência nos locais inferiores da estratificação social (BOURDIEU, 1998; SCHWARTZMAN, 2004, 2006). A escola está longe de ser o caminho da ascensão social para a maioria daqueles que completam o ensino fundamental (SEGNINI, 2000^x). Além disso, quando jovens das camadas populares passam a receber salários para jogar futebol, ainda que os valores sejam semelhantes aos dos seus pais, isso pode representar uma espécie de mobilidade e prestígio social se comparado às ocupações mal remuneradas e pouco valorizadas dos seus responsáveis.

Formação e escolarização

A alta de demanda de jovens que chegam aos clubes ou aos projetos sociais com a finalidade de profissionalização indica que os desejos construídos culturalmente são mais potentes que as oportunidades concretas oferecidas. Damo (2005), ao realizar um questionário junto aos alunos de escolas, públicas e privadas, de Porto Alegre, indica que um em cada três meninos pertencentes à escola pública deseja torna-se jogador de futebol. A relação cai para metade quando olhamos para os dados das escolas privadas. Esses dados representam apenas uma exploração dessas representações sociais, todavia, ratificam análises indicativas de que, quanto menos

capital cultural possui o jovem no ambiente familiar, mais ele aposta em profissões que não dependam diretamente da escolarização (ALVES-MAZZOTTI, 1994).

Toledo (2002), ao analisar o processo das “peneiradas”, ou seja, teste para seleção de jovens para possível aproveitamento nas divisões de base dos clubes, indica que estatisticamente menos de 1% dos aspirantes à profissão são aproveitados em média. Em 1995, por exemplo, de 3.500 garotos que aventuraram nas peneiras apenas cinco foram aproveitados; no ano seguinte, apenas dois de 4.000 permaneceram no clube. Damo (2005) aponta semelhante relação candidato/vaga no Internacional Futebol Clube em 2004. O Projeto Sendas de Futebol apresenta índice de aproveitamento semelhante^{xi}.

Os jovens que se alistam para disputar uma vaga nesse mercado possuem, em geral, baixo capital cultural e são a “matéria-prima” necessária para montagem de uma “linha de produção de jogadores” no Brasil. De fato, as poucas oportunidades de ascensão social, somadas à precariedade da escola pública brasileira^{xii} e do mercado de trabalho para as novas gerações, transformam o futebol profissional em projeto familiar para aqueles que possuem um menino hábil com a bola nos pés.

O futebol tornou-se uma ocupação remunerada para os filhos das camadas populares garantirem nessa fase da vida alimentação, escola, prestígio social no local de origem e algum rendimento, que tanto pode garantir seus gastos pessoais^{xiii} quanto servir como complemento de renda familiar. Damo (2005) descreve que a política do Internacional Futebol Clube (Porto Alegre) fixa um teto de ajuda de custo para os meninos das diferentes categorias de base: “aproximadamente 200 dólares para os meninos do Infantil, mas são raros os que dispõem desse montante como ajuda de custo; 300 para o juvenil e 400 dólares para os juniores” (p. 269); mas existiriam exceções entre os jogadores com maior “potencial” de tornarem-se atletas de destaque.

Fernandes (2006) descreveu a trajetória de vida de Mário^{xiv}, hoje jogador profissional no Brasil, que com apenas oito anos já treinava futebol semanalmente, durante um número de horas semelhante ao que passava na escola básica. Naquela época o clube em que jogava disponibilizava um táxi para pegá-lo em casa ou na escola para ir ao treino. Além do transporte, o clube pagava aos jogadores a mensalidade da escola e no caso específico de Mário o valor era revertido em “ajuda de custo”^{xv}, já que ele estudava em escola pública.

Mário, nesse período com oito anos de idade, saía de casa às seis horas da manhã e voltava por volta das dez da noite com o motorista. Como a legislação protege a autonomia dos atletas, determina que os contratos sejam assinados a partir dos 16 anos por tempo limitado, o trabalho, a vigilância e a sedução realizadas pelos empresários do futebol são totais. Eles arrumam empregos para os pais, fornecem auxílios financeiros e protegem seus talentos esquadrihando o tempo e o espaço da vida desses jovens, tornando esse período da formação nos centros de treinamento e fora desses quase uma instituição total, no sentido definido por Goffman (1961)^{xvi}.

Como já mencionado, no Brasil a formação de um jogador leva em média 5.000 horas de trabalhos corporais ao longo de 10 anos (DAMO, 2005). Os jovens começam o albergamento nos CTs, dependendo da situação do momento em que foram revelados como talento, a partir dos 11 ou 12 anos de idade, isto é, passam a residir separados de suas famílias e, se forem sendo aproveitados nas categorias subseqüentes, podem viver nessa condição até a profissionalização^{xvii}. Os jogadores da categoria sub-15 treinam uma vez por dia, num dos turnos, e estudam no outro; a partir da sub-16 treinam de manhã e à tarde e estudam no ensino noturno. O regime de treinamento

desses jovens aspirantes a profissionais de futebol em pouco difere da carga de treinamentos das equipes da primeira divisão.

Embora os clubes mantenham os jovens jogadores matriculados em escolas públicas ou privadas, o acompanhamento do processo de escolarização difere de clube para clube. Muitos desses jovens chegam aos CTs com um histórico de abandono escolar ou com defasagem de aprendizagem, se for considerada a idade ideal de passagem pelos anos de escolarização básica. Para além dos problemas de investimento e de qualidade que enfrentamos na escola brasileira e do desinteresse pelos conteúdos com ausência de significado para o seu cotidiano, esses jovens atletas, em geral, enfrentam variados percalços no processo de escolarização que são específicos dos jovens trabalhadores: cansaço físico pelo excesso de treinamento; falta de tempo para o estudo e para assistir às aulas, em função das constantes viagens que realizam; falta de motivação pelo sucesso escolar; e interesse central no futebol, tornando a escola um objetivo secundário em suas vidas.

O grande contingente de jovens atletas, que estão sob a tutela desses clubes formadores ou dos empresários, estuda à noite em cursos regulares ou supletivos. Esse fato agrava o problema da escolarização, pois sabemos que o ensino noturno trabalha, para além de todos os problemas de infra-estrutura e de recursos humanos, com um currículo que não leva em conta as peculiaridades do estudante-trabalhador (CORROCHANO; NAKANO, 2002). Podemos pensar que tanto a formação de jogadores trabalha com uma carga de treinos excessiva quanto a escola não é adequada aos alunos trabalhadores em geral e, especificamente, aos alunos atletas.

Damo (2005) destacou os problemas da compatibilidade entre escolarização e formação do jogador no Brasil. Além disso, aponta que os centros de formação de atletas de futebol no Brasil, apesar dos limites legais, são totalmente livres na gestão de sua política pedagógica de formação de atletas e de escolarização. Não há supervisão ou orientação das cargas de treinamento, da qualificação dos profissionais que trabalham diretamente com os jovens e da adequação da infra-estrutura dos centros de treinamento. Em contraposição, na França, que também é um centro exportador de jogadores, a política governamental exige que haja compatibilidade entre a formação do jogador e seu processo de escolarização (DAMO, 2005)^{xviii}.

O jovem, ao fim do processo de formação, pode entrar na carreira profissional com baixa formação escolar, dependendo do tipo de compatibilização entre o trabalho de treino corporal e a escola. A questão que surge para os jogadores formados nesse sistema é que, no caso de não obterem sucesso, acabam com dificuldades de encontrar outra ocupação fora do espaço do futebol (SOUZA et al, 2008).

Conclusão

Apesar das questões levantadas, devemos reconhecer que o discurso que sustenta a formação de jogadores é duplamente potente na sociedade brasileira. O esporte é representado como uma instituição educativa, associada à saúde e à qualidade de vida, e serve como uma saudável opção aos perigos do mundo da rua e/ou das drogas. Assim, esses clubes oferecem condições de moradia e acesso a bens culturais que, em geral, não são acessíveis às famílias desses meninos (computador, viagens para outros estados e frequência de *shoppings* etc.).

Os dados apresentados no texto indicam uma contradição. Se o mercado do futebol profissional é altamente competitivo, com uma longevidade curta quando a comparamos com outras profissões e com uma pirâmide salarial tão desigual, por que há então uma procura grande de jovens por esse nicho de atuação? Em outras palavras, se é

tão arriscado e difícil atingir a profissionalização e os salários em geral são baixos, porquê investir tempo e dinheiro no sonho de futebolista?

Como já indicamos, do ponto de vista da ação racional o destino da maioria dos jovens que tentam a carreira de jogador não seria diferente fora do futebol, se mal-sucedidos. A origem social dos postulantes à carreira de jogador, o insucesso escolar das camadas populares e a baixa escolarização dos seus pais determinam a sua permanência nos locais inferiores da estratificação social. O futebol pode, assim, ser um sonho e uma aposta individual e familiar que proporcione poucas perdas para aqueles que possuem poucas oportunidades de ascensão social e econômica. Além disso, é uma aposta que gera prestígio, sociabilidade e aventuras, normalmente, irrealizáveis do ponto de vista econômico para aqueles pertencentes às camadas populares no Brasil^{xix}.

A falta de cidadania social^{xx} das camadas populares torna a produção de jogadores de futebol no Brasil uma empreitada bem-sucedida, como demonstram os dados de transferência para o exterior^{xxi}. Tal sucesso se deve a uma “combinação original”: a) um grande contingente de jovens disponíveis; b) um forte trabalho de formação corporal; c) a valorização do estoicismo como parte do *ethos* da profissão; d) um tipo específico de albergamento; e) o descaso com a escola e uma configuração no mercado que incentiva a negociação desses jovens como prestadores de serviços especializados (DAMO, 2005); f) a mudança das regras nesse mercado com a extinção do passe – produto do caso Bosman e da Lei Pelé –; g) e a formação de um contingente de agentes, credenciados ou não pela FIFA.

Estudos futuros podem demonstrar como se articulam as redes estabelecidas entre jogadores, agentes de futebol, clubes e empresários nos aspectos do desenvolvimento econômico dentro e fora do Brasil e o caminho que leva milhares de jogadores a pegar o aeroporto todos os anos, mesmo para países onde o futebol está se desenvolvendo. Neste sentido, é preciso lembrar que o processo expansionista da FIFA foi articulado para fazer crescer o futebol nas diversas partes do mundo, processo este bem sucedido e que faz desse esporte um jogo global.

Referências Bibliográficas

- ALCANTARA, H. A magia do futebol. Estudos Avançados, São Paulo, v. 20, n. 57, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200021&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 dez 2006.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J. Do trabalho à rua: uma análise das representações sociais produzidas por meninos trabalhadores e meninos de rua. In: CFCH/UFRJ (Org.). Tecendo saberes. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1994. V. 1, p. 9-45.
- ARCHETTI, E. Masculinidades: fútbol, tango y polo en la Argentina. Buenos Aires: Antropofagia, 2003.
- BAENINGER, R. A. O Brasil na rota das migrações internacionais recentes. Jornal da Unicamp, Campinas: Unicamp, v. 226, 25 ago. 2003. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2003/ju226pg2b.html. Acesso em: 10 abr. 2005.
- BARTHOLO, T. L.; SOARES, A. J. G. Identidade, negócio e esporte no mundo globalizado: o conflito entre Guga e os patrocinadores na Olimpíada de Sidney. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 28, n. 1, p. 55-72, set. 2006.
- BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 39-65.

- CARVALHO, C. A.; GONÇALVES, J. C. A mercantilização do futebol brasileiro: instrumentos, avanços e resistências. Cadernos Ebape, v. IV, n. 2, jun. 2006. Disponível em: http://www.ebape.fgv.br/cadernosebape/asp/dsp_texto_completo.asp?cd_pi=418721. Acesso em: 22 nov. 2006.
- COGO, D. Mídia, imigração e interculturalidade: mapeando as estratégias de midiaticização dos processos migratórios e das falas imigrantes no contexto brasileiro. Fronteiras Estudos Midiáticos, São Leopoldo, v. 4, n. 2, p. 145-163, 2002.
- CORROCHANO, M. C.; NAKANO, M. Jovens, mundo do trabalho e escola. Juventude e Escolarização (1980-1998). Brasília, v. 7, p. 95-122, 2002.
- CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. São Paulo: Edusc, 1999.
- DABSCHECK, B. The globe at their feet: FIFA's new employment rules – II. In: Sport in Society. Oxfordshire: Taylor & Francis, 2006. v. 9, p. 1- 18.
- DAMO, A. Do dom a profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França. Porto Alegre, 434p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- FERNANDES, L. M. Os empresários do futebol: paixão, sonho e negócios. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Departamento de Educação Física - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2006.
- FUSCO, W. Conexão Origem-Destino: migrantes brasileiros no exterior. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu, 2006. Anais... Caxambu: ABEP, 2006. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_638.pdf Acesso em: 12 dez. 2006.
- GOFFMAN, E. Asylums: Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates. N. York: Doubleday, 1961.
- GUTTMANN, A. Games and Empires: modern sports and cultural imperialism. N. York: Columbia University Press, 1994.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- _____. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Brasília: Editora UFMG, 2003.
- HELAL, R. Passes e impasses. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HELAL; SOARES, A. J. G.; SALLES, J. G. do C. Futebol. In: Atlas do esporte no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: Shape, 2005, p. 257-259.
- HIRSCHMAN, A. O. A retórica da Intransigência: Perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo, Cia. das Letras. 1992.
- KUPPER, A. Cultura: a visão dos antropólogos. Bauru: Edusc, 2002.
- LEONCINI, M. P.; SILVA, M. T. da. Entendendo o futebol como negócio: um estudo exploratório. Gestão e produção, v. 12, n. 1, p. 11-23, jan./abr. 2005.
- MACHADO, I. J. de Estado-nação, identidade-para-o-mercado e representações de nação. Revista Antropologia, São Paulo, v. 47, n. 1, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012004000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: fev. 2005.
- MAGEE, J.; SUGDEN J. “The World at their feet”: Professional Football and International Labor Migration. Journal of Sport and Social Issues, 2002; 26, 421.
- MAGUIRE, J.; PEARTON, R. The impact of elite labour migration on the identification, selection and development of European soccer players. Journal of Sports Sciences, 2000; 18:9, 759-769.
- MANDELL, R. Sport: a cultural history. N. York: Columbia University Press, 1984.

PAOLI, P. B. Os estilos de futebol e os processos de seleção e detecção de talentos. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em educação física. Universidade Gama Filho, 2007.

PRONI, M. A metamorfose do futebol. Campinas: Editora Unicamp, 2000.

RIAL, C. S. Futebolistas brasileiros na Espanha: emigrantes porém... Revista de Dialectología y Tradiciones Populares, v. LXI, p. 163-190, 2006.

SALES, T. O trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações internacionais. Coletânea. O trabalho no Brasil no limiar do século XXI. São Paulo: Editora LTR-ABEP, 1995.

SALLES, J. G. C; SOARES, A. J. G. Evolução do conceito de amadorismo no Movimento Olímpico Internacional. In: TURINI, M.; COSTA, L. P. da (Orgs.). Coletânea de textos em Estudos Olímpicos, 2002. v. 2, p. 437-453.

SOARES, A. J.; LOVISOLO, H. R. Futebol: A construção histórica do estilo nacional. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Campinas, v. 25, n. 1, p. 129-143, set. 2003.

SCHWARTZMAN, S. As causas da pobreza. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. Programas sociais voltados à educação no Brasil. Sinais Sociais, v. 1, p. 114-145, 2006.

SEGNINI, L. R. P. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. São Paulo Em Perspectiva – Educação, Cultura e Sociedade, São Paulo, v. 14, p. 72-81, 2000.

SOUZA, Camilo Araújo Máximo de et al . Difícil reconversão: futebol, projeto e destino em meninos brasileiros. Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 14, n. 30, Dec. 2008.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832008000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 Mar. 2009. doi: 10.1590/S0104-71832008000200004.

SOUTO, S. M. Futebol: entre o simbólico e o mercado. In: GARGANTA, J.; OLIVEIRA, J. E MURAD, M. (Orgs.) Futebol: de muitas cores e sabores. Porto: Campo das Letras (Saberes do Desporto), 2004. p.119- 135.

TOLEDO, L. H. Lógicas do futebol. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2002.

Agradecemos ao Apoio do CNPq, CAPES e FAPERJ

Endereço

antoniojsoares@pq.cnpq.br

Rua Alzira Cortes, no. 5 apto. 106 – Botafogo, RJ – CEP 22260-050

Tecnologia para apresentação: Data Show

ⁱ A estrutura da Federação Internacional de Futebol Associação (Fifa), principalmente durante a gestão de Jules Rimet (1921-1954), internacionalizou-se e acabou por organizar um mercado transnacional do esporte. A Fifa hoje congrega 208 associações afiliadas no mundo <http://www.fifa.com/aboutfifa/federation/associations.html>

ⁱⁱ **O mecanismo de solidariedade estimula a formação de mão de obra para o mercado profissional. A nova legislação recompensa financeiramente todos os clubes formadores por onde o atleta passou dos 12 aos 23 anos com 5% do valor bruto das transações (0,25% da transferência por cada ano de formação entre os 12 e os 15 anos; 0,5% por cada ano dos 16 aos 23). Notemos que esse mecanismo estimula a continuidade do sistema atual, pois, em alguma medida, distribui os ganhos com a venda do atleta. Todos ganham: jogador, empresários, clube formador, grandes clubes importadores que continuam a captar talentos descobertos em diversos países.**

ⁱⁱⁱ Sobre o caso Bosman ver MAGUIRE; PEARTON (2000) e MAGEE; SUGDEN (2002).

^{iv} Mudanças foram introduzidas pela lei 9.981/00, pela medida provisória n. 2.141/01 e, por último, pela lei n. 10.672/03. Tais mudanças tentaram atenuar os efeitos produzidos pela Lei Pelé. Desde o caso

Bosman, na década de 1990, julgado na Corte do tribunal da Comunidade Européia, a figura jurídica do “passe” passou a ter seus dias contados.

^v A FIFA promove Cursos para Agentes de Futebol por meio de suas afiliadas. No Brasil temos mais ou menos 279 agentes credenciados. Observe-se que nos últimos dois anos ocorreu um aumento de mais de 100% do número de agentes FIFA no Brasil. Ver regulamento para tornar-se agente em www.fifa.com

^{vi} A legislação trabalhista brasileira impõe que o contrato de trabalho só pode ser assinado a partir dos 16 anos. É prática no meio assinar contratos, mesmo sem validade legal (mas que possuem eficácia simbólica), com jovens talentos que ainda não atingiram essa idade.

^{vii} Além do investimento de empresários brasileiros na seleção, treinamento e transferência de jovens talentos para os mercados internacionais, há também o investimento estrangeiro na captação de recursos humanos em países como Brasil e África do Sul (MAGUIRE; PEARTON, 2000). As estratégias desses investidores em países com níveis baixos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) se constitui numa estratégia dos investidores.

^{viii} Dados e percentuais construídos a partir da lista de transferências da CBF. Cf. www.cbf.com.br

^{ix} Idem.

^x Liliana Rolfesen P. Segnini, professora da Faculdade de Educação (Unicamp), proferiu palestra intitulada “Trabalho e educação no Brasil contemporâneo”, ocorrida no dia 29 de março de 2006. Nessa palestra a pesquisadora tomou o exemplo de Ronaldinho Gaúcho para demonstrar que ele representa uma exceção: é negro, com apenas oito anos de estudo e que os pais também possuem baixa escolaridade. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju318pg03.pdf. Acesso em: 10 dez. 2006.

^{xi} De 10.000 mil candidatos/ano, apenas 120 são aproveitados para viver no Centro de Treinamento do Projeto Sendas. Notas do trabalho de campo da pesquisa, setembro de 2006.

^{xii} Dados sobre a precariedade do ensino público no Brasil podem ser esclarecedores do quadro que estamos descrevendo. A repetência de alunos é de 20,6%, a maior da América Latina. A formação dos professores no ensino básico é insuficiente. Dos professores de 1ª a 4ª série apenas 47% têm diploma universitário; desses, apenas 43% têm diploma em licenciatura. De cada 100 crianças matriculadas na primeira série do ensino fundamental 88,6% chegam à 4ª série, 57,1% à 8ª série e 36,6% ao 3º ano do ensino médio. No gasto médio por aluno no Brasil – país com a economia mais diversificada e potente do continente –, fica atrás de seus vizinhos Argentina, Uruguai, Chile e Colômbia. Ver “Escola Brasil” (*O Globo*, Rio de Janeiro, 22 jul. 2006).

^{xiii} Schwartzman (2006) demonstra que a maioria dos trabalhadores infantis utiliza seus rendimentos com gastos pessoais.

^{xiv} O nome utilizado pelo pesquisador é fictício.

^{xv} Em valores aproximados, o valor seria de 200 reais no ano de 2007.

^{xvi} Instituições nas quais indivíduos trabalham e residem por um período de tempo, afastados da sociedade, sob um forte controle disciplinar.

^{xvii} SPORTV-REPÓRTE. Exploração de menores no futebol - “Granjas humanas” (Exibido em 15/12/2007). Disponível em: <http://video.globo.com/Videos/Player/Esportes/0,,GIM766709-7824SPORTV+REPORTER+INTEGRA+DO+PROGRAMA+DE,00.html>. Acesso em: 13 jan. 2008. O referido programa revela a exploração dos menores no mercado do futebol.

^{xviii} Lembremos da polêmica que foi criada quando o jogador Henri, da seleção da França, apontou que a causa da grande habilidade dos jogadores brasileiros se devia ao pouco tempo gasto nos bancos escolares e o grande tempo que destinam à prática do futebol.

Cf. <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=389DAC001>. Acesso em: 12 fev. 2007.

^{xix} Nos trabalhos de campo realizados até o momento temos relatos emocionados das viagens de avião, pagamentos em dólar, restaurantes sofisticados, contato com outras culturas, relacionamentos com muitas mulheres etc.

^{xx} No sentido Hirschman (1992).

^{xxi} Cf. <www.cbf.com.br>.